



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Procuradoria-Geral de Justiça

XXV Concurso Público

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Prova Preambular

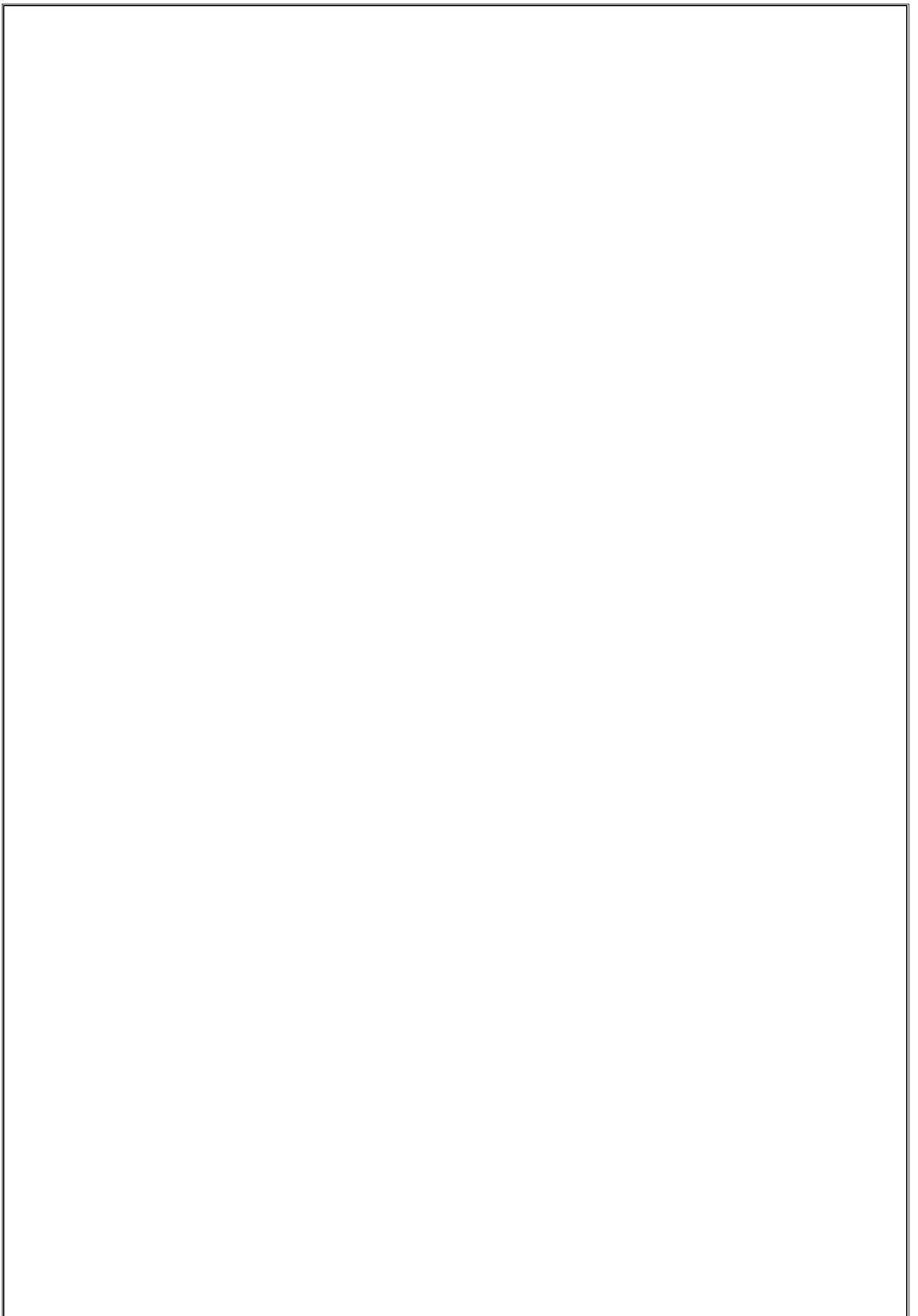
Instruções

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará:
 - a) este caderno de questões;
 - b) um cartão-resposta;
 - c) caneta esferográfica de tinta azul.
3. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. **Qualquer reclamação só será aceita durante os cinco minutos iniciais da prova.**
4. Ao receber o cartão-resposta, verifique se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. **O cartão-resposta deverá ser, obrigatoriamente, devolvido.**
6. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta. **Há somente uma alternativa correta para cada questão**, a qual deverá ser marcada somente com **caneta esferográfica na cor azul**.
7. Não faça rasuras no cartão-resposta.
8. Procure responder todas as questões.
9. Durante a prova, sob pena de exclusão do certame, é vedado ao candidato:
 - a) comunicar-se com qualquer pessoa ou realizar qualquer consulta de legislação comentada ou não, papéis ou anotações de toda natureza, bem como a utilização de componentes eletrônicos de qualquer espécie, dentre os quais, relógio com tecnologia digital, sob pena de eliminação do candidato e sua retirada do recinto;
 - b) ausentar-se do recinto, a não ser acompanhado de fiscal especialmente designado;
 - c) entregar a prova além do limite de tempo fixado para sua realização;
 - d) desrespeitar Membros da Comissão de Concurso ou da Equipe de Fiscalização, assim como proceder de forma incompatível com as normas de civilidade e compostura exigíveis de um bacharel de Direito.
10. O candidato somente poderá levar o caderno de questões após duas horas do início da prova.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS

Suporte Técnico:





DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1 - É **incorreto** afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento:

- A) o pluralismo político;
- B) a cidadania;
- C) a separação dos Poderes;
- D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- E) a soberania.

Questão 2 - A atual Constituição da República Federativa do Brasil é considerada rígida em razão:

- A) das suas alterações exigirem procedimento para alteração mais qualificado que o das leis ordinárias;
- B) da possibilidade de ser alterada após determinado prazo de sua promulgação;
- C) de não permitir emenda constitucional quando houver violação às denominadas cláusulas pétreas;
- D) da possibilidade de haver modificação da Constituição Federal mediante plebiscito;
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 3 - Havendo evidente controvérsia constitucional acerca de importante dispositivo de lei estadual anterior à Constituição Federal de 1988, o Governador do Estado é legitimado a ingressar no Supremo Tribunal Federal com:

- A) mandado de segurança;
- B) ação direta de inconstitucionalidade;
- C) ação declaratória de constitucionalidade;
- D) mandado de injunção;
- E) arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Questão 4 - Analise os itens abaixo e assinale a alternativa **correta**, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal:

- I – O Ministério Público Estadual tem legitimidade para ajuizar reclamação no STF.
- II – A ação de descumprimento de preceito fundamental somente poderá ser proposta por aqueles legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.
- III – A ação direta de inconstitucionalidade por omissão, pendente de julgamento, deve ser extinta por perda do objeto se a norma que não tinha sido regulamentada é revogada.
- IV – As súmulas vinculantes tem a mesma natureza jurídica das demais súmulas do STF.

- A) Existe apenas uma alternativa correta;
- B) Existem duas alternativas corretas;
- C) Existem três alternativas corretas;
- D) Nenhuma das alternativas está correta;
- E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 5 - Assinale a alternativa **incorreta** no que se refere às causas que autorizam a intervenção do Estado no Município:

- A) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- B) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- C) quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por 2 (dois) anos consecutivos, a dívida fundada;
- D) quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- E) quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Questão 6 - Assinale a alternativa **correta**.

Segundo a Constituição Federal o Ministério Público abrange:

- A) O Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- B) O Ministério Público dos Estados, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além do Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar;
- C) O Ministério Público dos Estados, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público Militar e o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho;
- D) O Ministério Público dos Estados, o Ministério Público Militar e o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- E) O Ministério Público dos Estados, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Questão 7 - Analise os itens abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- I – Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar conflito de atribuições entre membros do Ministério Público Federal e Estadual.
 - II – O Conselho Nacional do Ministério Público pode avocar processos disciplinares em curso, determinando, se for o caso, a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
 - III – O Ministério Público dos Estados, por meio dos Procuradores de Justiça, oficia perante o Tribunal de Contas dos Estados.
 - IV – O STF reconhece legitimidade ativa *ad causam* para ingressar com reclamação a todos que comprovem ter sofrido prejuízo advindo da decisão judicial, ou ato administrativo, que contrarie decisão anterior em sede de controle abstrato de constitucionalidade.
- A) Existe apenas uma alternativa correta;
 - B) Existem duas alternativas corretas;
 - C) Existem três alternativas corretas;
 - D) Nenhuma das alternativas está correta;
 - E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 8 - Segundo a Constituição Federal, a ordem social tem como **objetivo**:

- A) a dignidade da pessoa humana;
- B) a prevalência dos direitos humanos;
- C) o bem estar e a justiça sociais;
- D) a consecução do princípio da isonomia;
- E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Questão 9 - Deverá integrar o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal:

- A) cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto do Estado sobre a Propriedade de Veículos Automotores;
- B) vinte e um inteiros e vinte e cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados;
- C) vinte e nove por cento do produto da contribuição de intervenção no domínio econômico;
- D) o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza retidos na fonte pelos Estados ou pelo Distrito Federal;
- E) quarenta e oito por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Questão 10 - A seguinte afirmação não é pertinente ao Ministério Público:

- A) a destituição do Procurador-Geral da República pelo Presidente da República deve ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional;
- B) o Poder executivo pode ajustar proposta orçamentária do Ministério Público encaminhada em desarmonia com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- C) a independência funcional é um princípio institucional do Ministério Público;
- D) o Ministério Público pode propor diretamente ao Poder legislativo a criação de seus cargos;
- E) ressalvado o magistério, ao membro do Ministério Público, ainda que em disponibilidade, é vedado o exercício de qualquer outra função pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 11 - É **incorreto** afirmar, em relação ao imposto de competência estadual sobre a propriedade de veículos automotores, que:

- A) pode ser instituído pelo Distrito Federal, nos termos do artigo 155 da CF;
- B) as alíquotas são fixadas pelo Estado que aprovar a lei instituidora do imposto;
- C) pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização dos veículos;
- D) as alíquotas mínimas são fixadas pelo Senado Federal;
- E) as bases de cálculo devem ser as mesmas em todos os Estados brasileiros para idênticos veículos.

Questão 12 - Para se fixar a capacidade tributária passiva, **é relevante**:

- A) a capacidade civil das pessoas naturais;
- B) não estar a pessoa natural sujeita a medidas que impliquem privação ou limitação do exercício de direitos civis;
- C) não estar a pessoa natural privada dos direitos de administração direta de seus bens;
- D) ter a pessoa realizado o fato previsto na norma tributária;
- E) estar a pessoa jurídica constituída regularmente.

Questão 13 - É **incorreto** afirmar:

- A) tem o mesmo efeito de certidão negativa aquela da qual conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora;
- B) será responsabilizado pessoalmente pelo crédito tributário o funcionário que expedir certidão negativa, com fraude, contendo erro contra a Fazenda Pública;
- C) a anistia pode ser concedida limitadamente às infrações da legislação tributária concernente a determinado tributo;
- D) a isenção, independentemente de ser concedida por prazo certo e sob certas condições, pode ser revogada a qualquer tempo;
- E) a isenção não geral deve ser efetivada a cada caso por despacho da autoridade administrativa.

Questão 14 - A **anistia** em matéria tributária:

- A) se aplica aos atos qualificados como crimes ou contravenções;
- B) extingue a obrigação tributária;
- C) igualmente às isenções, exclui o crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional;
- D) não pode ser concedida em caráter geral;
- E) não pode ser limitada a determinada região do território do ente tributante.

Questão 15 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) a legislação tributária pode ser aplicada a fatos geradores pendentes;
- B) a lei que reduz isenção de impostos que gravam o patrimônio e a renda entra em vigor na data de sua publicação;
- C) não é possível a revisão de ofício do lançamento, em nenhuma circunstância, por ser ato administrativo vinculado;
- D) a subordinação do recebimento de certo tributo ao cumprimento de exigências administrativas previstas em lei, autoriza a consignação judicial;
- E) o prazo prescricional para anular decisão administrativa que denega a restituição é de 05 (cinco) anos.

Questão 16 - As condutas: I) omitir informação à fiscalização tributária da qual decorra redução do tributo e II) deixar de recolher tributo devido:

- A) não constituem crimes contra a ordem tributária;
- B) são tipificados como crimes à ordem tributária;
- C) a primeira conduta constitui crime contra a ordem tributária, a segunda não;
- D) a primeira conduta não constitui crime contra a ordem tributária, a segunda sim;
- E) a segunda conduta será sempre tipificada como apropriação indébita.

Questão 17 - São modalidades que extinguem o crédito tributário, exceto:

- A) a compensação;
- B) a concessão de liminar em ação cautelar inominada;
- C) a dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei;
- D) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- E) a conversão de depósito em renda.

Questão 18 - As afirmações abaixo referem-se às limitações dos entes federados no exercício da tributação:

- I - os tributos somente poderão ser instituídos e majorados por lei em sentido amplo que respeite o princípio da anterioridade.
- II - é proibido o tratamento desigual a contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- III - as denominadas Contribuições Sociais não se caracterizam como tributos.
- IV - é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

Com base nessas afirmações, assinale a resposta **correta**:

- A) as afirmações I e III estão incorretas;
- B) as afirmações I e III estão corretas;
- C) as afirmações III e IV estão incorretas;
- D) as afirmações I, II e IV estão corretas;
- E) apenas a afirmação I está incorreta.

Questão 19 - Em relação à legislação tributária, a autoridade competente, na falta de disposição expressa, poderá utilizar sucessivamente:

- A) a equidade, os princípios gerais de direito e a analogia;
- B) os princípios gerais de direito, a analogia e a equidade;
- C) a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade;
- D) a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade;
- E) a analogia, os princípios gerais de direito público, a equidade e os princípios gerais de direito tributário.

Questão 20 - De regra, o contribuinte tem domicílio fiscal ou tributário:

- A) no local que estabelecer residência com vontade definitiva ou, caso tenha diversas residências, naquela que fique a maior parte do tempo;
- B) onde é sua residência habitual;
- C) no lugar onde eleger, desde que não recusado pela autoridade administrativa;
- D) no lugar da situação de seus bens;
- E) onde a autoridade administrativa indicar, quando se tratar de pessoa jurídica de direito privado.

DIREITO PENAL

Questão 21 - Em que consiste o crime de mão própria?

- A) O crime de mão própria pode ser praticado por qualquer pessoa;
- B) O crime de mão própria somente pode ser praticado mediante paga ou promessa de recompensa;
- C) O crime de mão própria somente pode ser praticado contra criança ou adolescente;
- D) O crime de mão própria é aquele que somente pode ser praticado pela pessoa expressamente indicada no tipo penal;
- E) O crime de mão própria só pode ser praticado por pessoas de certa faixa etária.

Questão 22 - O que vem a ser a norma penal em branco?

- A) Norma penal em branco é aquela que não prevê a sanção a ser aplicada no caso de condenação do autor do delito;
- B) Norma penal em branco é aquela que não descreve expressamente os elementos do tipo;
- C) Norma penal em branco é aquela cujo preceito primário (descrição da condutê indeterminado quanto a seu conteúdo, porém determinável, e o preceito sancionador é sempre certo;
- D) Norma penal em branco é aquela que não faz menção à dosagem da pena a ser aplicada;
- E) Norma penal em braço é aquela que não descreve a conduta do co-autor do delito em se tratando de crime que admite co-autoria.

Questão 23 - No concurso de pessoas há necessidade de ajuste prévio entre os colaboradores para a prática do delito?

- A) Sim, pois para que se configure o concurso de pessoas há necessidade do prévio ajuste entre os colaboradores para a prática do delito;
- B) Não, pois havendo convergência de vontade entre os colaboradores estará configurado o concurso;
- C) Basta a convergência de vontade de no mínimo 4(quatro) pessoas para se configurar o concurso;
- D) Basta a convergência de alguns dos colaboradores para se configurar o concurso;
- E) Basta a convergência, de natureza moral, entre 2(dois) colaboradores para se configurar o concurso.

Questão 24 - O crime de rixa na forma tentada quando ocorre?

- A) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando um dos rixosos desiste de participar do conflito;
- B) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando a maioria dos rixosos propõe a cessação do conflito;
- C) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando os rixosos não conseguem consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade;
- D) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando todos os rixosos desistem de prosseguir no conflito;
- E) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando os rixosos abandonam o local do conflito.

Questão 25 - Em que circunstância o crime de injúria admite a exceção da verdade?

- A) A exceção da verdade será admitida em crime de injúria se o ofendido for funcionário público;
- B) A exceção da verdade será admitida em crime de injúria no caso de tentativa de tal delito;
- C) A exceção da verdade será admitida em crime de injúria quando ocorrer o perdão judicial;
- D) A exceção da verdade não será admitida em crime de injúria em nenhuma circunstância, porquanto incompatível com tal delito;
- E) A exceção da verdade será admitida em crime de injúria quando o ofendido for menor de idade.

Questão 26 - No concurso material é possível a cumulação de pena privativa de liberdade com a restritiva de direitos?

- A) Não, pois a pena privativa de liberdade é mais grave que a pena restritiva de direitos;
- B) Sim, pois no concurso material é perfeitamente possível a cumulação de uma pena privativa de liberdade com uma restritiva de direitos;
- C) No concurso material a pena privativa de liberdade não pode ser cumulada com a pena restritiva de direitos, porquanto não podem ser cumpridas simultaneamente;
- D) Não, pois a pena privativa de liberdade é sempre cumprida no regime fechado;
- E) Não, pois as penas restritivas de direitos não são autônomas.

Questão 27 - No crime preterdoloso a culpa pode ser reconhecida por presunção?

- A) Sim. No crime preterdoloso a culpa pode ser reconhecida por presunção;
- B) Não, porque no crime preterdoloso a conduta do agente é sempre preordenada;
- C) A culpa no crime preterdoloso não pode ser presumida, deve ser provada;
- D) Não, porque no crime preterdoloso o resultado é sempre almejado pelo agente;
- E) Sim, desde que o agente tenha almejado o resultado.

Questão 28 - Admite-se a participação em crime culposo?

- A) O crime culposo admite a participação, desde que comprovada a colaboração.
- B) O crime culposo admite a participação em caso de negligência.
- C) O crime culposo admite a participação em caso de imprudência.
- D) O crime culposo admite a participação em caso de imperícia.
- E) O crime culposo não admite a participação.

Questão 29 - Em que consiste o conflito aparente de normas?

- A) Conflito aparente de normas é a situação que ocorre quando ao mesmo fato parecem ser aplicáveis duas ou mais normas, formando um conflito aparente entre elas.
- B) O conflito aparente de normas consiste na aplicação de duas regras distintas para fatos delituosos diversos..
- C) O conflito aparente de normas consiste em se aplicar uma só norma para fatos distintos.
- D) O conflito aparente de normas consiste na aplicação de regras semelhantes no caso de concurso de delitos.
- E) O conflito aparente de normas consiste na aplicação simultânea de penas para delitos diferentes.

Questão 30 - Qual a diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz?

- A) Na desistência voluntária o que ocorre é a desistência no prosseguimento dos atos executórios do crime, feita de modo voluntário, respondendo o agente somente pelo que praticou. No arrependimento eficaz a desistência ocorre entre o término dos atos executórios e a consumação. O agente, neste caso, já fez tudo o que podia para atingir o resultado, mas resolve interferir para evitar a sua concretização.
- B) Entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz, em verdade, não há nenhuma diferença, porquanto em ambas as situações o que se busca é impedir o resultado.
- C) A diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz está em que, na primeira, o agente é impedido de consumir o delito, já no arrependimento eficaz a consumação não ocorre porque o próprio agente a impede.

- D) A diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz reside no fato de que, na desistência voluntária, o agente não chega a iniciar a execução do delito. Já no arrependimento eficaz a execução iniciada é interrompida, impedindo-se a consumação do delito.
- E) A diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz está em que, na primeira, a execução do delito é interrompida por circunstâncias alheias ao domínio do agente. Já no arrependimento eficaz o delito não se consuma em razão da impropriedade dos meios de execução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 31 - A respeito da legislação processual penal específica, é **correto** afirmar:

- I - A Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98) estabelece que o processo e o julgamento dos crimes previstos nesta legislação obedecerão às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular; dependerão do processo e julgamento dos crimes antecedentes referidos no art. 1º da Lei nº 9.613/98, ainda que praticados em outro país; são da competência da Justiça Federal quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas ou quando o crime antecedente for de competência da Justiça Federal.
- II - A Lei nº 9.034/95 (Prevenção e Repressão de Organizações Criminosas) dispõe que, em qualquer fase da persecução criminal, serão permitidos: a ação controlada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações; o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais e, por fim, a infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização judicial, diversamente do previsto na Lei nº 11.343/06.
- III - A Lei nº 11.340/06 criou o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgão da Justiça Ordinária com competência cível e criminal para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, dispondo ainda que a competência, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos pela referida lei, será firmada pelo seu domicílio ou de sua residência; pelo lugar do fato em que se baseou a demanda ou pelo domicílio do agressor.
- IV - A Lei nº 9.296/96 prevê crime específico àquele que realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

- A) apenas as afirmativas II e IV estão corretas;
- B) apenas a afirmativa I está incorreta;
- C) apenas as afirmativas II e III estão incorretas;
- D) a afirmativa III está correta e a afirmativa IV está incorreta;
- E) todas as alternativas estão corretas.

Questão 32 - Tício foi denunciado pela prática de homicídio qualificado pelo motivo torpe (art. 121, § 2º, inc. I, Código Penal). A denúncia foi recebida e, no decorrer da instrução processual, a defesa requereu exame de insanidade mental do acusado (art. 149 e seguintes do Código de Processo Penal). Ao final do referido incidente, restou devidamente comprovado que Tício, ao tempo da ação, em razão de doença mental, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Nos debates, a defesa apresentou como única tese defensiva a imputabilidade de Tício. Lastreado em tal premissa, responda, respectivamente, a seguinte indagação: Qual decisão deverá ser proferida pelo juiz ao final da primeira fase do procedimento do júri e qual é o recurso cabível?

- A) Impronúncia e apelação.
- B) Desclassificação e recurso em sentido estrito.
- C) Absolvição e apelação.
- D) Pronúncia e recurso em sentido estrito.
- E) Absolvição sumária e apelação.

Questão 33 - Considere as seguintes afirmativas a respeito da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84).

- I - O regime disciplinar diferenciado será aplicado ao preso provisório ou ao condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando, bem como àqueles nacionais ou estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
- II - A permissão de saída, espécie de autorização de saída, consiste na possibilidade dos condenados que cumprem pena em regime semiaberto saírem do estabelecimento, sem vigilância direta nas hipóteses taxativamente estabelecidas em lei. Por outro lado, a saída temporária, aplicável aos condenados e presos provisórios, consiste na possibilidade de saída do estabelecimento penal, mediante escolta, em razão de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente, irmão ou necessidade de tratamento médico com duração necessária à finalidade da saída.
- III - Ao conceder saída temporária, o juiz imporá as seguintes condições ao condenado: o fornecimento do endereço onde reside a família a ser visitada ou onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício; o recolhimento à residência visitada, no período noturno e a proibição de frequentar bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres, sendo certo que a Lei nº 12.258/10 não admitiu a previsão de outras condições submetidas à análise do caso em concreto.

IV - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir parte do tempo de execução da pena à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho ou frequência a curso de ensino formal.

A esse respeito, pode-se concluir que:

- A) apenas a afirmativa I está correta;
- B) as afirmativas II e III estão incorretas;
- C) as afirmativas II e IV estão corretas;
- D) apenas a afirmativa IV está correta;
- E) apenas a afirmativa III está incorreta.

Questão 34 - Analise as afirmativas abaixo relacionadas à Lei de Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95):

- I - A citação do acusado será sempre pessoal e, sempre que possível, será realizada no próprio Juizado, ou por meio de mandado. Já a intimação será realizada por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.
- II - Não se admitirá a proposta de transação se ficar comprovado ter sido o autor da infração processado pela prática de crime, ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa e não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
- III - A suspensão condicional do processo será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano. E poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- IV - Caberá apelação, interposta no prazo de dez dias por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente, da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

A análise permite concluir que:

- A) a afirmativa III está verdadeira e a afirmativa IV está incorreta;
- B) as afirmativas I e II estão corretas;
- C) a afirmativa IV está correta e a afirmativa I está incorreta;
- D) apenas a afirmativa II está incorreta;
- E) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 35 - Acerca dos procedimentos estabelecidos pela legislação processual penal, analise as afirmativas abaixo:

- I - A Lei nº 11.343/06 prevê que o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto, sendo certo que ambos poderão ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade policial.
- II - O procedimento será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos, bem como nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento.
- III - Na audiência de instrução e julgamento do procedimento ordinário, o Código de Processo Penal prevê, como regra, o oferecimento de alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez) minutos. Admitindo, excepcionalmente, a apresentação de memoriais, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese em que o juiz considerar a complexidade do caso ou o número de acusados.
- IV - O Código de Processo Penal estabelece a seguinte ordem a ser observada na audiência de instrução e julgamento nos procedimentos sumário e ordinário: tomada de declarações do ofendido, inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como o reconhecimento de pessoas e coisas, acareações, esclarecimentos dos peritos, interrogando-se, em seguida, o acusado.

A esse respeito, pode-se concluir que:

- A) a afirmativa II está correta e afirmativa IV está incorreta;
- B) apenas a afirmativa III está incorreta;
- C) apenas a afirmativa I está correta;
- D) a afirmativa III está correta e a afirmativa I está incorreta;
- E) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 36 - Caberá Recurso em Sentido Estrito da decisão, despacho ou sentença:

- A) que julgar improcedente as exceções, salvo a de suspeição;
- B) que denegar a apelação ou a julgar deserta;
- C) que concluir pela competência do juízo;
- D) que rejeitar a Denúncia ou Queixa no procedimento sumaríssimo;
- E) de impronúncia no procedimento do júri.

Questão 37 - Acerca das citações e intimações no Direito Processual Penal, assinale a alternativa **correta**.

- A) O fato de o réu não ter sido localizado no endereço declinado para sua citação pessoal é motivo suficiente, por si só, para ensejar sua citação por edital.
- B) O juiz pode determinar a citação por edital de réu que não foi localizado nos endereços constantes nos autos do processo e está preso em unidade federativa diversa da que o magistrado exerce jurisdição.
- C) A citação por edital é admitida no rito dos Juizados Especiais Criminais.
- D) É obrigatória a intimação das partes para a audiência de oitiva de testemunhas a ser realizada no juízo deprecado, mesmo quando já tenham sido notificadas sobre a expedição da carta precatória para tal ato.
- E) É desnecessária nova intimação do advogado de defesa constituído que tenha interposto recurso de apelação criminal, mas, devidamente intimado, deixou de oferecer as respectivas razões recursais, devendo, nesse caso, os autos serem remetidos ao Tribunal.

Questão 38 – Quanto ao direito processual penal, analise os itens abaixo:

- I - Provas ilícitas são aquelas produzidas com violação das normas processuais colocadas em função de interesses atinentes à lógica e à finalidade do processo.
- II - No Processo Penal pátrio, por força da Constituição Federal, adota-se, acerca das provas, o princípio da íntima convicção ou da prova livre, exceção que se faz ao Tribunal do Júri.
- III - Os indícios são admitidos como elementos de convicção e integram o sistema de articulação de provas, pois autorizam, por indução, concluir-se a existência de circunstâncias relacionadas ao delito.
- IV - Como regra geral, não deve a autoridade policial proceder ao indiciamento do investigado se este já se identificou civilmente.
- V - A caracterização do flagrante presumido prescinde da perseguição ao agente logo depois da infração.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) somente as alternativas I e III estão corretas;
- B) somente as alternativas I e II estão incorretas;
- C) somente as alternativas III e V estão corretas;
- D) somente as alternativas II e IV estão incorretas;
- E) somente as alternativas I e V estão corretas.

Questão 39 – A respeito dos recursos no âmbito processual penal, julgue os seguintes itens:

- I - Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que converter a multa em detenção ou em prisão simples
- II - Constitui exigência básica ao recurso especial o denominado *prequestionamento*, o qual será atendido mesmo que a questão federal seja somente ventilada no voto vencido.
- III – O prazo para a interposição de embargos de declaração contra a sentença, no procedimento sumaríssimo regido pela Lei nº 9.099, de 26.09.95, é de cinco dias.
- IV - Nas ações penais públicas, estando ou não habilitado como assistente de acusação, o ofendido poderá ter legitimidade recursal e seu recurso terá efeito devolutivo e suspensivo.
- V - Nos casos em que a decisão da segunda instância, desfavorável à acusação, não for unânime, admite-se a interposição de embargos infringentes pelo Ministério Público.

São **corretas** somente as assertivas:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) III e IV;
- D) IV e V;
- E) Nenhuma das alternativas.

Questão 40 – Assinale o enunciado que não corresponde a entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça:

- A) O disposto no artigo 127 da Lei nº 7.210/1984 foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58 da LEP.
- B) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- C) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência não é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- E) O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o artigo 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.

DIREITO CIVIL

Questão 41 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) Em razão da Lei especial que disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, as cooperativas estão também sujeitas à falência;
- B) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e das ações e execuções referentes aos créditos não abrangidos pelo plano especial de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte;
- C) Existindo indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer fase processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente;
- D) O juízo da recuperação judicial é competente para a ação ordinária em que se pleiteia quantia ilíquida contra a empresa recuperanda, já que, deve ser canalizado toda e qualquer ação da recuperanda ou contra ela para o juízo da recuperação;
- E) Segundo a Lei especial que trata dos alimentos gravídicos, após o nascimento com vida da criança, tais alimentos não poderão ser convertidos em pensão alimentícia a favor do menor.

Questão 42 - Atente para os seguintes enunciados.

- I – A retificação do registro civil para inclusão do patronímico materno é admitida pela lei, já que não configura mudança de nome. A exclusão do agnome que se reporta ao nome do avô paterno é consectário natural da inclusão do sobrenome da mãe.
- II – Não constando vedação legal a que as despesas de implantação de rede de água potável em loteamento sejam custeadas pelos adquirentes dos lotes, em havendo previsão contratual originária e vinculante nesse sentido, é procedente a ação de cobrança intentada pela empresa empreendedora contra os compradores inadimplentes com tal obrigação.
- III – É imprescritível a ação de investigação de paternidade, como também o é a de petição de herança.
- IV – Serão os da lei anterior CC/1916 os prazos, quando reduzidos por este CC/2002, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.
- V – A ação de sonegados tem natureza declaratória, porque o autor pede a aplicação da pena de sonegados àquele que descumpriu seu dever de herdeiro e/ou de inventariante, de declarar no inventário a existência de bem do espólio.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) As alternativas I, II e IV estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão corretas;
- C) Somente a alternativa III está correta;
- D) Todas as alternativas estão incorretas;
- E) As alternativas II, IV e V estão corretas.

Questão 43 - Assinale a alternativa falsa.

- A) Ao valor patrimonial da herança deve ser adicionado o valor das doações que os descendentes receberam em vida dos ascendentes e que o sobrevivente recebeu em vida de seu consorte;
- B) O testamento público pode ser escrito manualmente ou mecanicamente, bem como ser feito pela inserção da declaração de vontade em partes impressas de livro de notas, desde que rubricadas todas as páginas pelo testador, se mais de uma;
- C) De acordo com o CC/2002, caso o morto não deixe descendentes, herdará concorrentemente, em igualdade de condições, seus ascendentes e o cônjuge sobrevivente, independentemente do regime de bens do casamento, desde que preenchidos por ele os requisitos fixados na lei;
- D) A sucessão legítima do companheiro se dá da mesma forma daquela reservada ao cônjuge sobrevivente. Assim, na ordem da vocação hereditária o companheiro sobrevivente terá o mesmo tratamento dispensado aos parentes sucessíveis ou aos colaterais;
- E) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

Questão 44 - Observe as seguintes afirmações.

- I – Nos casos em que a interdição for promovida pelo Ministério Público, não se nomeará defensor ao suposto incapaz.
- II – Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, mesmo que ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.
- III – O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
- IV – No processo em que haja interesses de menores, colidam ou não os interesses desses com os de seus pais ou representantes, o Ministério Público deve sempre intervir, como também, haverá a necessidade de nomeação de curador especial aos menores.
- V – É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Todas as alternativas estão incorretas;
- B) As alternativas III, IV e V estão corretas;
- C) Todas as alternativas estão corretas;
- D) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- E) As alternativas I, IV e V estão corretas.

Questão 45 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, consoante disposto na lei, e lhe cabe, à época da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento;
- B) Se o casamento dos nubentes menores de idade se der por suprimento judicial de vontade, o regime de bens entre os cônjuges será, necessariamente, o de separação obrigatória de bens;
- C) Não podem casar o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- D) Se o devedor da obrigação garantida pela primeira hipoteca não se oferecer, no vencimento, para pagá-la, o credor da segunda pode promover-lhe a extinção, consignando a importância e citando o primeiro credor para recebê-la e o devedor para pagá-la;
- E) O usufrutuário tem direito a posse, uso, administração e percepção dos frutos, todavia, não pode exercer o direito de retomada do imóvel para uso de descendente, pois, para tal, não é ele equiparado ao proprietário.

Questão 46 - Analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa **correta**.

- I – Se o prédio dominante estiver hipotecado, e a servidão se mencionar no título hipotecário, será também preciso, para cancelar, o consentimento do credor.
- II – A forma de constituição do direito real de superfície pode se constituir mediante instrumento particular, já que a lei não obriga expressamente que seja através de escritura pública para sua validade.
- III – Se a sentença de declaração de vacância foi proferida depois de completado o prazo da prescrição aquisitiva em favor do autor da ação de usucapião, não procede a alegação de que o bem não poderia ser usucapido porque do domínio público, uma vez que deste somente se poderia cogitar depois da sentença que declarou vagos os bens jacentes.
- IV – A falta de registro do compromisso de venda e compra descaracteriza a responsabilidade do promitente comprador pelo pagamento das quotas de condomínio.
- V – A existência de cláusula de inalienabilidade recaindo sobre uma fração de bem imóvel, não impede a extinção do condomínio. Na hipótese, haverá sub-rogação da cláusula de inalienabilidade, que incidirá sobre o produto da alienação do bem, no percentual correspondente a fração gravada.

- A) Somente a alternativa II está correta.
- B) Todas as alternativas estão corretas;
- C) Apenas a questão IV está correta;
- D) As alternativas I, III e V estão corretas;
- E) As questões II, III e IV estão corretas.

Questão 47 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida;
- B) O CC/2002, considera o constituto possessório como forma de aquisição da posse de coisa imóvel;
- C) O fâmulos da posse acha-se em relação de dependência para com aquele em cujo nome detém a coisa. Não tem direito à proteção possessória. Pode ser compelido à desocupação, no interdito possessório ajuizado por quem tenha efetiva posse do bem;
- D) O ato de transformação das sociedades depende de dissolução ou liquidação, inclusive, o pedido de transformação não depende do consentimento de todos os sócios;
- E) Na sociedade limitada se o contrato permitir administradores não sócios, a designação deles não dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado.

Questão 48 - Assinale a alternativa **falsa**.

- A) As denominadas sociedades em comum, ou sociedades irregulares, ou sociedades de fato ou sociedades sem registro têm natureza de sociedade, porque nelas se identifica a *affectio societatis*, mas não são pessoas jurídicas, pois estas adquirem personalidade jurídica quando da inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio e na forma da lei;
- B) O empresário casado não pode, sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real;
- C) O sistema geral do CC é o da responsabilidade civil subjetiva, que se funda na teoria da culpa. Já o sistema subsidiário é o da responsabilidade civil objetiva, que se funda na teoria do risco;
- D) No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave;
- E) A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, salvo restrição expressamente estatuída.

Questão 49 - Examine os seguintes enunciados.

- I – Caberá a restituição por enriquecimento, mesmo se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
- II – A obrigação do fiador passa aos herdeiros; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança.
- III – Não é válida a instituição do companheiro como beneficiário do seguro, mesmo se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.
- IV – Se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, ainda que se possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.
- V - O CC/2002 prevê que a doação de ascendentes para descendentes e a de um cônjuge a outro importa adiantamento do que lhes cabe por herança e, não mais como no CC/1916, do que cabia ao descendente como legítima.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) As alternativas II, IV e V estão corretas;
- B) As alternativas I, III e IV estão corretas;
- C) Todas as alternativas estão corretas;
- D) As alternativas II, III e V estão corretas;
- E) Todas as alternativas estão incorretas.

Questão 50 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Na venda *ad corpus* o vendedor aliena o imóvel como corpo certo e determinado; logo, o comprador não poderá exigir o implemento da área, pois o adquiriu pelo conjunto e não em atenção à área declarada, que assume caráter meramente enunciativo;
- B) A prescrição iniciada contra o *de cuius* continuará a correr contra seus sucessores, sem distinção entre singulares e universais; logo, continuará a correr contra o herdeiro, o cessionário ou o legatário, salvo se for absolutamente incapaz;
- C) A ação redibitória e a estimatória devem ser propostas dentro do prazo de 01 (um) ano, contados da tradição da coisa móvel, ou de 02 (dois) anos, se se tratar de bem imóvel, computado da data da sua efetiva entrega, mas se já se encontrava na posse do adquirente, tal prazo contar-se-á da alienação, reduzido à metade;
- D) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade;

- E) A validade dos atos e negócios jurídicos celebrados antes de 11.1.2003, data da entrada em vigor do CC, obedece ao disposto nas leis anteriores – CC/1916 e parte primeira do CCom –, mas os seus efeitos, produzidos depois da vigência do CC, aos preceitos dele se subordinam, salvo se houver sido prevista pelas partes determinada forma de execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) No litisconsórcio multitudinário, a limitação do número de litigantes, que só incide no facultativo, dependerá, de pedido do réu, quando ocorrer dificuldade da defesa;
- B) No sistema brasileiro de jurisdição uma, não há conflito de atribuições entre entidade administrativa e autoridade judiciária, quanto estiver esta no exercício pleno de sua função jurisdicional;
- C) O ajuizamento da ação declaratória incidental enseja uma nova autuação. Tanto é verdade que, primeiramente, o juiz resolverá a questão prejudicial por intermédio de uma sentença; e, em outra decidirá a questão principal;
- D) O juízo do domicílio do menor não é competente para apreciar ação de guarda proposta por um dos pais contra o outro. A regra de competência definida pela necessidade de proteger o interesse da criança não é absoluta;
- E) O pedido será alternativo quando o autor cumular, sucessivamente, o pedido principal com outro sucessivo.

Questão 52 - Atente para os seguintes enunciados.

- I – As *astreintes* podem ser fixadas pelo juiz de ofício, mesmo sendo contra pessoa jurídica de direito público, que ficará obrigada a suportá-las caso não cumpra a obrigação de fazer no prazo estipulado.
- II – Não há preclusão para o juiz em matéria probatória, razão pela qual não viola a lei o julgado do mesmo Tribunal que, ao julgar apelação, conhece e dá provimento a agravo retido, para anular a sentença e determinar a produção de prova testemunhal requerida pelo autor desde a inicial, ainda que, em momento anterior, tenha negado agravo de instrumento sobre o assunto.
- III – A execução provisória da sentença constitui quebra de hierarquia ou ato de desobediência a anterior decisão do Tribunal que deferira à liminar. Assim, a decisão que defere ou indefere liminar, mesmo quando proferida por tribunal, inibe a prolação e condiciona o resultado da sentença definitiva, como também retira dela a eficácia executiva conferida em lei.

- IV – A ação rescisória pode ser utilizada para a impugnação de decisões com conteúdo de mérito e que tenham adquirido a autoridade da coisa julgada material. Em que pese incomum, é possível que tais decisões sejam proferidas incidentalmente no processo, antes da sentença, como por exemplo, nos processos regulados pelo CPC em que, por algum motivo, um dos capítulos da sentença a respeito do mérito é antecipadamente decidido de maneira definitiva.
- V – A cláusula de reserva de plenário não é aplicável na hipótese de controle difuso, se aplicando aos casos em que se reputam revogadas ou não recepcionadas normas anteriores à Constituição vigente.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Todas as alternativas estão incorretas;
B) As alternativas I, II e IV estão corretas;
C) Somente a alternativa III está correta;
D) As alternativas III, IV e V estão corretas;
E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 53 - Em relação a recursos, aponte a alternativa **correta**.

- I – Nos casos em que a sentença trazer em seu conteúdo algo mais do que a resolução exauriente do mérito ou a extinção do processo, por exemplo, deliberação sobre a antecipação de tutela, a parte deve impugnar tudo por meio de um só recurso, qual seja, a apelação. Não se concebe que a parte concomitantemente se insurja contra um mesmo pronunciamento por meio de agravo e de apelação. Ainda que tencione se insurgir apenas contra aquele algo mais, ela também deve lançar mão de apelação.
- II – Pode a parte, mesmo que já tenha interposto o recurso, 'complementar' as razões recursais, adicionando elementos ao inconformismo, pois ainda não transcorreu totalmente o prazo recursal.
- III – Deve-se distinguir entre a extensão do efeito devolutivo da apelação, limitada pelo pedido daquele que recorre, e a sua profundidade, que abrange os antecedentes lógico-jurídicos da decisão impugnada. Estabelecida a extensão do objeto do recurso pelo requerimento formulado pelo apelante, todas as questões surgidas no processo, que possam interferir no seu acolhimento ou rejeição, devem ser levadas em conta pelo Tribunal.
- IV – A rejeição unânime dos embargos de declaração apaga os efeitos do julgamento proferido por maioria de votos no âmbito do recurso de apelação.
- V – O recurso especial foi interposto antes do julgamento dos embargos de declaração da parte contrária sem posterior ratificação. É extemporâneo o recurso especial tirado antes do julgamento dos embargos de declaração, anteriormente opostos, sem que ocorra a necessária ratificação.

- A) As alternativas II e V estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) As alternativas II e IV estão corretas;
- D) As alternativas I, III e V estão corretas;
- E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 54 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A circunstância de o STJ haver examinado o mérito da causa, negando provimento ao recurso especial – e, assim, resolvendo a controvérsia de mera legalidade instaurada nessa via excepcional – não prejudica o conhecimento do recurso extraordinário, que, visando à solução de litígio de índole essencialmente constitucional, foi interposto, simultaneamente, pela mesma parte recorrente;
- B) Firme a jurisprudência do STF no sentido de que a concessão de medidas cautelares, na pendência de recurso extraordinário, independe de ação cautelar autônoma, podendo ser decidida em requerimento incidente, ou seja, via petição simples;
- C) Mesmo nas hipóteses de presunção de existência de repercussão geral, o recorrente também terá que demonstrar, em tópico destacado na petição de seu apelo extremo, que a matéria constitucional nele suscitada já teve a repercussão geral reconhecida, ou que a decisão recorrida contraria súmula ou a jurisprudência dominante do STF;
- D) Cabe agravo contra a decisão que dá provimento a agravo de instrumento para determinar a subida do recurso especial, quanto aos pressupostos do próprio agravo de instrumento, tal como ocorre na hipótese de falta de peça essencial ou de intempestividade do recurso. A impugnação à admissão do agravo de instrumento independe de a respectiva matéria ter sido previamente ventilada nos autos, na medida em que o juízo de admissibilidade envolve temas cognoscíveis de ofício;
- E) A lei autoriza o credor a promover duas execuções, cobrando a mesma dívida ao mesmo tempo e separadamente, a saber, do avalizado, com base no contrato, e dos avalistas, com base na nota promissória.

Questão 55 - Observe as seguintes afirmações.

- I – A fiança em favor de devedor certo, sendo contrato benéfico, admite interpretação extensiva, bem como, indefinida sua responsabilidade por obrigações futuras ou aleatórias.
- II – Admite-se a penhora de cotas, ainda que o contrato vede a livre alienação, através de cláusula que garanta preferência aos outros sócios. Inclusive, a penhora acarreta a inclusão de novo sócio, ficando a sociedade proibida de remir a execução ou o bem penhorado.
- III – É admissível a alteração do valor de adjudicação do bem após a assinatura do respectivo auto, ainda mais quando visível a desatualização monetária do bem.
- IV – A duplicata, mesmo sem aceite e desprovida de prova da entrega da mercadoria ou da prestação do serviço, pode ser executada contra o sacador-endossante e seus garantes. É que o endosso apaga o vínculo causal da duplicata entre endossatário, endossante e avalistas, garantindo a aceitação e o pagamento do título.

- V – A competência para solucionar o concurso de credores define-se pelo juízo em que se consumou a alienação do bem. A ele acorrerão os demais credores que promovem sua execução em juízo diverso, apresentando seus títulos de preferência. O que há, simplesmente, é inauguração de um procedimento concursal com o único desiderato de dar destinação ao valor arrecadado com a alienação do bem penhorado.
- VI – Permanece atual a diretriz fixada pela jurisprudência no sentido da normal seqüência da parcela não embargada da execução dirigida contra a Fazenda Pública. De acordo com o STF, é legítimo o fracionamento do valor da execução em parcelas controversa e incontroversa, sem que isso implique em alteração de regime de pagamento, que é definido pelo valor global da obrigação.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- C) Somente as alternativas IV, V e VI estão corretas;
- D) As questões II, III e V estão corretas;
- E) Todas as alternativas estão incorretas.

Questão 56 - Aponte a alternativa **correta**.

- A) Um dos limites a adstringir o poder geral de cautela do magistrado está em que, havendo um dispositivo legal específico, prevendo determinada medida com feição cautelar para conter uma ameaçadora lesão a direito, não se há de deferir cautela inominada. Se for o caso de deferi-la, devem ser observadas todas as exigências contidas naquela medida específica;
- B) Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença já liquidada, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro;
- C) A cautelar de produção antecipada de provas, por si só, previne a competência para a ação principal;
- D) Tendo a mulher obtido a concessão de alimentos provisionais, através de medida cautelar, a superveniência de sentença favorável ao alimentante, na ação principal de separação judicial lhe afeta o direito de executar as prestações vencidas e não pagas;
- E) A medida cautelar inominada que visa ao afastamento do companheiro do lar conjugal tem caráter satisfativo, tanto que, não precisa ser ajuizada no prazo legal a ação principal, já que não há a necessidade de se preservar o exercício dos direitos e obrigações dos companheiros, como se casados fossem.

Questão 57 - Assinale a afirmação **falsa**.

- A) A aquisição da posse se dá também pela cláusula *constituti* inserida em escritura pública de compra e venda de imóvel, o que autoriza o manejo dos interditos possessórios pelo adquirente, mesmo que nunca tenha exercido atos de posse direta sobre o bem;
- B) É cabível a ação de usucapião por titular de domínio que encontra dificuldade, em razão de circunstância ponderável, para unificar as transcrições ou precisar área adquirida escrituralmente;
- C) A ordem de nomeação de inventariante, prevista na lei, apresenta caráter absoluto, inclusive, não pode ser alterada mesmo em situação excepcional, quando o juiz tiver fundadas razões para desconsiderá-la, forte na existência de patente litigiosidade entre as partes;
- D) A sentença que se limita a homologar a partilha amigável não pode ser desconstituída por meio de recurso de apelação, pois não possui cunho decisório e há necessidade de produção de prova acerca do vício alegado, sendo necessário o ajuizamento da ação anulatória;
- E) O fato de o devedor principal, não haver figurado no pólo passivo do processo de execução, movido tão somente contra o avalista, não lhe atribui a condição de terceiro, uma vez que este, para efeitos da lei, deve ser entendido como alguém que não está juridicamente obrigado a suportar as consequências da relação material litigiosa.

Questão 58 - Observe os seguintes enunciados.

- I – É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro.
- II – A causa de pedir na ação monitória terá por conteúdo a afirmada relação jurídica de direito material que vincula autor e réu e a situação de inadimplemento decorrente da conduta comissiva do último.
- III – A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente.
- IV – O testamenteiro tem direito a um prêmio, tendo como base de cálculo o total da herança líquida, ainda que haja herdeiros necessários, e não apenas a metade disponível, ou os bens de que dispôs em testamento o *de cujus*. Pelo pagamento, entretanto, não responderão as legítimas dos herdeiros necessários, deduzindo-se o prêmio da metade disponível.
- V – Para resguardo da boa-fé de terceiros e segurança do comércio jurídico, o reconhecimento da nulidade dos atos praticados anteriormente à sentença de interdição reclama prova inequívoca, robusta e convincente da incapacidade do contratante.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) As alternativas III e IV estão incorretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) Somente a questão V está correta;
- D) Todas as questões estão corretas;
- E) Somente as questões I e II estão incorretas.

Questão 59 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) É da competência do STJ o julgamento de ação popular em que se tem um conflito entre a União e Estado-membro, onde os autores pretendem agir no interesse do Estado, postulando a anulação de decreto do Presidente da República, ou seja, de ato imputável à União;
- B) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença que reconheceu a paternidade e não da citação;
- C) Tanto a doutrina como a jurisprudência superaram a complexa construção do direito antigo acerca da prova dos fatos negativos, razão pela qual a afirmação dogmática de que o fato negativo nunca se prova é inexata, pois há hipóteses em que uma alegação negativa traz, inerente, uma afirmativa que pode ser provada. Desse modo, sempre que for possível provar uma afirmativa ou um fato contrário àquele deduzido pela outra parte, tem-se como superada a alegação de prova negativa, ou impossível;
- D) O advogado do beneficiário da assistência judiciária também é alcançado pelo benefício da assistência judiciária concedido ao seu cliente. Assim, se ele recorre em nome próprio para defender seu direito autônomo aos honorários advocatícios, não deve recolher o respectivo preparo;
- E) O divórcio modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos. Como também o novo casamento de qualquer dos pais ou de ambos importará em restrição a esses direitos e deveres.

Questão 60 - Analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa **correta**.

- I – O inadimplemento de obrigação alimentícia assumida pelo cônjuge varão quando da separação judicial impede a transformação em divórcio.
- II – A lei adotou procedimento semelhante ao do mandado de segurança, exigindo, para o cabimento do *habeas data*, prova pré-constituída do direito do impetrante. Não cabe, portanto, dilação probatória. Em razão da necessidade de comprovação de plano do direito do demandante, mostra-se inviável a pretensão de que, em um mesmo *habeas data*, se assegure o conhecimento de informações e se determine a sua retificação.
- III – Pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admitiu o recurso extraordinário manejado contra sentença proferida no âmbito dos juizados especiais.

- IV – O mandado de segurança não se qualifica como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, não podendo ser utilizado, em consequência, como instrumento de controle abstrato da validade constitucional das leis e dos atos normativos em geral.
- V – O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro não poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer no prazo legal, quando notificado. E, isso acontece, porque na legislação do mandado de segurança não se permite a figura da substituição processual.
- VI – A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.

- A) As alternativas I, IV e V estão corretas;
B) Todas as alternativas estão corretas;
C) Somente as alternativas I e III estão corretas;
D) As alternativas II, IV e VI estão corretas;
E) Nenhuma das alternativas estão corretas.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS E DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Questão 61 - Assinale a alternativa **correta**: A Lei n.º 8.429 de 02 de junho de 1.992, representou grande evolução em nosso ordenamento jurídico no tocante ao combate à corrupção *lato sensu*. Majoritariamente, sobre a natureza jurídica da referida lei, é correto afirmar que a mesma é reconhecidamente:

- A) cível, em razão de que o artigo 12 da Lei n.º 8.429/92 dispõe que independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade administrativa sujeito às cominações determinadas nos incisos do citado artigo;
- B) penal, haja vista a ordem expressa contida no artigo 19 da Lei n.º 8.429/92 de que constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário quando o autor da denúncia o sabe inocente;
- C) administrativa, pela própria sugestão dada pelo objeto de combate da lei em comento, isto é, atos de improbidade administrativa, bem como porque citada lei dispõe de procedimento administrativo próprio, descritos no artigo 14 e seguintes;
- D) mista, ora assumindo características penais ora administrativas, de acordo com a sanção aplicada em concreto;
- E) mista, oscilando entre os ditames da natureza jurídica administrativa e cível, tendo-se que as características penais dão-se de maneira independente das sanções previstas na Lei n.º 8.429/92.

Questão 62 - Analise as assertivas abaixo.

- I - No âmbito da ação civil de improbidade administrativa, pode o Ministério Público firmar termo de ajustamento de conduta objetivando por fim à demanda, ainda que tenha requerido a aplicação das sanções previstas no art. 12 da referida Lei de Improbidade Administrativa.
- II - O prazo prescricional é de dez anos para a propositura de ação civil de improbidade administrativa contra agente público eleito ou ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança, contado a partir do término do mandato ou do exercício funcional.
- III - O termo inicial da prescrição em matéria de improbidade administrativa em relação a particulares, e que figurem no pólo passivo, é idêntico ao do agente público que praticou o ato ímprobo.
- IV - As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na citada lei podem ser propostas a qualquer tempo, haja vista a imprescritibilidade inerente a esse tipo de ação.
- V - A ação civil de improbidade administrativa pode ser proposta dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens III e V estão incorretos;
- C) somente os itens III e V estão corretos;
- D) somente os itens I, III e IV estão incorretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

Questão 63 - Aponte a alternativa **correta**: No tocante às sanções previstas na Lei n.º 8.429/92, pode-se afirmar:

- A) quando aplicadas não admitem cumulação com as penas previstas no Código Penal Brasileiro;
- B) quando aplicadas não admitem cumulação com as sanções previstas no caso de faltas disciplinares cometidas por agente público que exerça cargo efetivo ou emprego, previstas em lei específica;
- C) sua aplicação independe da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;
- D) sua aplicação depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas;
- E) sua aplicação independe da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de suspensão dos direitos políticos.

Questão 64 - Assinale a alternativa **correta**. Acerca da responsabilidade civil ambiental na legislação brasileira, pode-se afirmar.

- A) É subjetiva, nos mesmos moldes da responsabilidade civil, ou seja, é imprescindível a investigação e a discussão da culpa, embora não seja necessária a prova do nexu causal, vale dizer, da relação de causa e efeito entre a atividade do agente e o dano dela advindo;
- B) É considerada como de natureza objetiva, em razão de previsão constitucional e do regime adotado na Lei nº 6.931/81, que afastou a investigação e a discussão da culpa, embora não tenha prescindido do nexu causal, vale dizer, da relação de causa e efeito entre a atividade do agente e o dano dela advindo;
- C) Na apuração da responsabilidade do poluidor, o Ministério Público ou qualquer legitimado, autor da ação civil pública, além da aplicação da teoria do risco integral quanto a culpa, ainda tem a vantagem da inversão do ônus da prova, como acontece na seara da defesa do consumidor;
- D) O poluidor não será responsabilizado civilmente caso o evento danoso tenha sido causado por motivo de força maior (da natureza) ou caso fortuito (obra do acaso), sendo estas circunstâncias, uma das exceções na aplicação da teoria do risco integral;
- E) É mista, ora assumindo características objetivas, ora demonstrando subjetividade, cabendo ao Juiz, na análise do caso concreto, decidir a prevalência de uma das duas e a justa indenização.

Questão 65 - Para os fins da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente é **incorreto** afirmar que:

- A) a degradação da qualidade ambiental é toda alteração adversa das características do meio ambiente;
- B) o meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- C) a poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente, por exemplo, afetem desfavoravelmente a biota.
- D) a poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente, por exemplo, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- E) o poluidor é somente a pessoa física responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

Questão 66 - Analise as assertivas abaixo. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I - Ao ato infracional praticado por criança, caberá ao Juiz aplicar-lhe as medidas de proteção previstas no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II - Em caso de adoção, podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- III - Os divorciados podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, e desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando será assegurada a guarda compartilhada.
- IV - A regra do Juízo Imediato, para fins de competência do Juízo da Infância e da Juventude, é fixada pela residência dos pais ou responsáveis, e na ausência destes, a competência é definida pelo local onde se encontra o menor.
- V - A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, sendo dispensável o consentimento deste se contar com mais de 12 anos de idade e não tenha atingido a maioridade.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens II e V estão incorretos;
- C) somente os itens II, III e V estão incorretos;
- D) somente os itens II e V estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

Questão 67 - Analise as assertivas abaixo. É de competência do Colégio de Procuradores de Justiça:

- I - julgar recurso, contra decisão que determinou a remoção, disponibilidade e aposentadoria de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público;
- II - determinar a remoção, disponibilidade e aposentadoria do membro do Ministério Público, por motivo de interesse público, assegurada ampla defesa;
- III - homologar ou rejeitar os resultados dos concursos de ingresso na carreira;
- IV - rever, pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes, nos termos do Regimento Interno, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;
- V - deliberar, em caso de omissão injustificada do Procurador-Geral de Justiça, pela abertura de ingresso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens II e IV estão incorretos;
- C) somente os itens I e II estão incorretos;
- D) somente os itens I e IV estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

Questão 68 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) Compete ao Procurador-Geral de Justiça propor a ação civil para a decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, após autorização do Colégio de Procuradores de Justiça pelo voto de dois terços de seus integrantes;
- B) Cabe ao Corregedor-Geral propor ao Conselho Superior do Ministério Público, fundamentadamente, o não vitaliciamento do membro do Ministério Público que não cumprir as condições do estágio probatório;
- C) É permitido ao Procurador de Justiça, que integra o Conselho Superior do Ministério Público, exercer mandato do Conselho Nacional do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça;
- D) O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos membros natos, e por nove Procuradores de Justiça eleitos pela primeira instância, permitida uma recondução e observado o mesmo procedimento;
- E) O Plano Estratégico Institucional, com duração mínima de quatro anos, será elaborado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, sendo que o procedimento de sua elaboração e monitoramento será aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Questão 69 - Analise as assertivas abaixo:

- I - Se os mesmos fatos investigados no inquérito civil foram objeto de ação popular julgada improcedente pelo mérito e não por falta de provas, o caso é de arquivamento do procedimento instaurado.
- II - O procedimento preparatório deverá ser autuado com numeração seqüencial à do inquérito civil, devendo ser concluído no prazo improrrogável de noventa dias (Res. N° 23/2007 do CNMP).
- III - O conhecimento de manifestação anônima, justificada, não implicará ausência de providências, desde que forneça, por qualquer meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização (Res. N° 23/2007 do CNMP).
- IV - A nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato, uma vez que o legislador não adotou o princípio da conservação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor.
- V - O Ministério Público agirá em defesa do consumidor dependendo do interesse a ser defendido, fazendo-o sempre quando se tratar de interesses difusos, e, em se tratando de interesses individuais homogêneos, atuará sempre que haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou pelas características do dano, ainda que potencial.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens I e III e IV estão incorretos;
- C) somente os itens II, III e V estão incorretos;
- D) somente os itens I, III e V estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

Questão 70 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por catorze membros escolhidos pelo Presidente da República, após indicação pelo Ministério Público da União, dos Estados e do Distrito Federal;
- B) Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público interferir na autonomia administrativa e financeira do Ministério Público;
- C) O Conselho Nacional do Ministério Público escolherá em votação secreta, um Corregedor Nacional dentre os seus integrantes, vedada a recondução;
- D) O Conselho Nacional do Ministério Público poderá rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano;
- E) O Conselho Nacional do Ministério Público deve zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, bem como determinar a remoção, a disponibilidade ou aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas aos membros do Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 71 - Com relação à Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), julgue V (verdadeiras) ou F (falsas) as seguintes assertivas:

- I - As hipóteses de dispensa de licitação estão elencadas em rol taxativo e as hipóteses de inexigibilidade de licitação estão previstas de forma exemplificativa pela lei.
- II - É admitida a criação de outras modalidades de licitação ou a sua combinação entre as previstas na legislação.
- III - A lei prevê a responsabilidade subsidiária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- IV - É vedada a utilização de outros tipos de licitação não previstos no dispositivo legal correspondente.
- V - O sistema de registro de preços será regulamentado por resolução.

- A) V – F – V – F – F
- B) V – V – F – V – V
- C) V – F – F – F – F
- D) F – F – V – V – F
- E) F – V – V – F – F

Questão 72 - Dentre as modalidades de licitação, aquela utilizada para a venda de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos e aquela utilizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação são, respectivamente, definidas pela Lei nº 8.666/93 como:

- A) pregão e tomada de preços;
- B) leilão e convite;
- C) concorrência e leilão;
- D) leilão e tomada de preços;
- E) leilão e pregão.

Questão 73 - Com relação às Parcerias Público-Privadas disciplinadas pela Lei nº 11.079/04, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- B) deverá ser constituída sociedade de propósito específico logo após a celebração do contrato;
- C) o edital para a contratação de parcerias público-privadas definirá a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se propostas escritas, seguidas de lance em viva voz;
- D) na contratação de parceria público-privada será observada a diretriz de sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria;
- E) A parceria público-privada é contrato administrativo de concessão que se enquadra na modalidade patrocinada ou administrativa.

Questão 74 - A Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul expressamente prevê como princípios norteadores da Administração Pública:

- A) Razoabilidade;
- B) Lealdade;
- C) Imediatidade;
- D) Eficiência;
- E) Legitimidade.

Questão 75 - No tocante às disposições constitucionais e legais pertinentes à Administração Pública, assinale a alternativa **correta**:

- A) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo;
- B) é admitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- C) lei complementar reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

- D) consoante previsão inserida na Súmula Vinculante nº 13, não viola a Constituição Federal a nomeação do tio paterno do Presidente da República para o exercício de cargo em comissão no Poder Executivo Federal;
- E) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Questão 76 - Com relação à Lei Complementar nº 101/05, assinale a alternativa **correta**:

- A) É obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios;
- B) Na verificação do atendimento aos limites de despesa total com o pessoal, devem ser computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- C) Entende-se como empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;
- D) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será integrado pelo Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas plurianuais, em valores correntes e constantes;
- E) É admitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Questão 77 - Analise as afirmativas abaixo relacionadas referente à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92):

- I - A condenação pela prática de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário por qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades mencionadas no art. 1º da Lei nº 8.429/92 inclui a conduta de utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da Lei nº 8.429/92, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- II - A condenação pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública consistente em qualquer ação ou omissão que viole deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições inclui a conduta de negar publicidade a atos oficiais.
- III - A indisponibilidade de bens prevista no art. 7º da Lei nº 8.429/92 recairá somente sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano.

IV - São consideradas sanções aplicáveis pela prática de atos de improbidade administrativa, entre outras: a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, o ressarcimento integral do dano, o pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial, a perda dos direitos políticos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

A análise permite concluir que:

- A) apenas a afirmativa III está correta;
- B) apenas a afirmativa IV está incorreta;
- C) a afirmativa II está correta e a afirmativa I está incorreta;
- D) as afirmativas I e III estão corretas;
- E) as afirmativas II e IV estão incorretas.

Questão 78 - Acerca da apuração da prática de atos de improbidade administrativa praticadas por qualquer agente público, servidor ou não, prevista na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), analise as afirmativas abaixo:

- I - A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não estiver escrita ou reduzida a termo e assinada, não contiver a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria, e se não indicar as provas de que tenha conhecimento. A rejeição não impedirá a representação ao Ministério Público.
- II - A ação principal, que terá rito sumário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 (trinta) dias da efetivação da medida cautelar.
- III - da decisão judicial que receber a petição inicial da ação principal pela prática de ato de improbidade administrativa, caberá agravo de instrumento.
- IV - Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, no prazo de quinze dias.

A esse respeito, pode-se concluir que:

- A) a afirmativa II está incorreta e a afirmativa III está correta;
- B) apenas a afirmativa III está correta;
- C) a afirmativa III está correta e a afirmativa I está incorreta;
- D) as afirmativas I e IV estão incorretas;
- E) as afirmativas II e IV estão corretas.

Questão 79 - Sobre o tema Administração Pública Indireta, é **correto** afirmar:

- I - somente lei específica criará autarquia e autorizará a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- II - a competência para julgar ações que tenham a empresa pública federal como interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente é da Justiça Federal, ressalvando as causas de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- III - as empresas públicas e as sociedades de economia mista podem falir, nos termos do art. 2º, inc. I, da Lei nº 11.101/05.
- IV - a criação/permissão de as empresas públicas e as sociedades de economia mista que tenham como finalidade a exploração direta de atividade econômica só ocorrerão quando necessárias aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse econômico, observada definição legal.

- A) apenas a afirmativa III está incorreta;
- B) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- C) apenas as afirmativas III e IV estão incorretas;
- D) a afirmativa III está correta e a afirmativa IV está incorreta;
- E) todas as alternativas estão corretas.

Questão 80 - Analise as afirmativas abaixo relacionadas ao tema serviço público:

- I - O Poder Executivo tem a obrigação de prestação obrigatória e de outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço público de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- II - A encampação, uma das formas de extinção da concessão, consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, em razão de interesse público, exigindo somente lei específica que a autorize.
- III - O contrato de concessão não admitirá a previsão do emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem.
- IV - Ao Poder Público incumbe, de forma direta ou indireta sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

A análise permite concluir que:

- A) apenas a afirmativa II está incorreta;
- B) a afirmativa IV está correta e a afirmativa I está incorreta;
- C) as afirmativas I e II estão corretas;
- D) a afirmativa III está incorreta e a afirmativa IV está correta;
- E) todas as afirmativas estão corretas.

DIREITO ELEITORAL

Questão 81 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) O Deputado Estadual, condenado pelo cometimento de crime, com sentença transitada em julgado, perderá automaticamente o seu mandato, desde que o juiz suspenda seus direitos políticos;
- B) Condenado pela prática de crime, com sentença transitada em julgado, o deputado federal, não perderá automaticamente o seu mandato, que dependerá de decisão da Câmara Federal, por votação secreta e com quorum da maioria absoluta de seus integrantes;
- C) O Deputado Distrital, condenado pelo cometimento de crime inafiançável, com sentença transitada em julgado, perderá automaticamente o seu mandato;
- D) Os vereadores e os prefeitos, com exceção dos governadores, serão cassados automaticamente, após serem condenados por sentença transitada em julgado;
- E) Os prefeitos, com exceção dos governadores, perderão seus mandatos automaticamente, após serem condenados pela prática de crime contra a administração pública, com sentença transitada em julgado.

Questão 82 - Assinale a alternativa **incorreta**. É vedada a cassação de direitos políticos,

- A) salvo se for decretada a incapacidade civil absoluta;
- B) salvo escusa de consciência, invocada por quem pretende eximir-se do adimplemento de obrigação legal a todos imposta (art. 5º, VIII, da CF);
- C) salvo se houver condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- D) salvo condenação por improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º da CF;
- E) todas as alternativas são corretas.

Questão 83 - Analise as assertivas abaixo.

- I - A perda ou suspensão dos direitos políticos pode acarretar várias conseqüências jurídicas, e será automática, não cabendo mais recurso visando a manutenção dos direitos políticos do cidadão.
- II - Uma das conseqüências jurídicas da perda ou a suspensão de direitos políticos é o cancelamento do alistamento.
- III - Não é automática a exclusão do corpo de eleitores, em caso de perda ou suspensão dos direitos políticos, devendo seguir um procedimento próprio junto da Justiça Eleitoral.
- IV - O eleitor que teve suspenso seus direitos políticos não tem legitimidade para propor ação popular, enquanto perdurar esta situação.
- V - O cidadão tem direito a ampla defesa, antes de ser excluído do corpo de eleitores, podendo, se for o caso, requerer produção de prova visando manter os seus direitos políticos.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens I, III e V estão incorretos;
- C) somente os itens II, III, IV e V estão corretos;
- D) somente os itens I, II e IV estão incorretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

Questão 84 - Assinale a alternativa **correta**. Por força da Resolução nº 30/2008 do CNMP, O Promotor de Justiça Eleitoral será designado:

- A) pelo Procurador-Geral de Justiça, no âmbito do Ministério Público Estadual, considerando ser o Chefe da Instituição;
- B) pelo Procurador-Geral da República, devendo o ato ser publicado no Diário Oficial da União;
- C) pelo Procurador Regional Eleitoral, com atribuição junto ao Tribunal Regional Eleitoral;
- D) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, após indicação pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante sistema de rodízio, no exercício da titularidade de função eleitoral, devendo ser observado a ordem decrescente de antiguidade no exercício da titularidade de função eleitoral;
- E) sendo o Promotor de Justiça o único titular na Comarca, não há necessidade de designação, considerando ser ele o Promotor de Justiça com atribuições em todas as áreas de intervenção do Ministério Público.

Questão 85 - Analise as assertivas abaixo.

- I - O Ministério Público Eleitoral pode requerer à Justiça Eleitoral a decretação de perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, ainda que a agremiação partidária interessada não tenha feito.
 - II - É considerada infidelidade partidária a desfiliação do mandatário de determinada agremiação partidária para outro partido, ainda que se trate de novo partido.
 - III - A agremiação partidária interessada terá o prazo de vinte dias para ingressar com a ação visando a decretação de perda de mandato do infiel, contados da desfiliação (Resolução nº 22.610/2007/TSE).
 - IV - Cabe ao órgão partidário estabelecer em seu estatuto normas de disciplina e fidelidade partidária, por força de norma constitucional e infraconstitucional.
 - V - É de competência dos juízes eleitorais a decretação de perda do cargo de mandatos municipais cujo pedido tenha como fundamento a infidelidade partidária.
- A) todos os itens estão corretos;
 - B) somente os itens II, III e V estão incorretos;
 - C) somente os itens I e III estão incorretos;
 - D) somente os itens II, III e IV estão corretos;
 - E) todos os itens estão incorretos.

Questão 86 - Embora eleitores, não podem votar:

- A) os eleitores analfabetos;
- B) Os oficiais, aspirantes a oficiais, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais;
- C) Os eleitores conscritos;
- D) Os estrangeiros naturalizados;
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 87 - Um eleitor pretende ser candidato a prefeito de uma determinada cidade, porém, ele teve suspenso seus direitos políticos pelo prazo de cinco anos por ter sido condenado por ato doloso de improbidade administrativa, com sentença confirmada por órgão colegiado. Analise as assertivas abaixo.

- I - Ele poderá candidatar-se a cargo eletivo se na sentença da ação de improbidade administrativa não tenha constado expressamente a condenação relativa a suspensão dos direitos políticos.
- II - Ele somente poderá candidatar-se ao cargo majoritário de prefeito depois de transcorridos cinco anos da data de cumprimento da pena aplicada no processo judicial.
- III - Ele não poderá ser candidato a prefeito se ele foi condenado por ter enriquecido ilicitamente e ainda não tenha transcorrido o período de 13 anos da data de cumprimento da pena aplicada no processo judicial.
- IV - Ele poderá ser candidato a prefeito se ele foi condenado por ter infringido o disposto no art. 11 da Lei nº 8.429/92.
- V - Ele não poderá candidatar-se ao cargo de prefeito se for condenado por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público.

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens I e V estão incorretos;
- C) somente os itens II e V estão incorretos;
- D) somente os itens I, IV e V estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

Questão 88 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) De acordo com a Lei Complementar nº 64/90, os magistrados se pretenderem concorrer ao cargo de Presidente ou de Vice-Presidente da República somente são considerados elegíveis se afastarem temporariamente das suas funções até seis meses anteriores ao pleito;
- B) Os membros do Ministério Público que ingressaram na carreira antes de 05 de outubro de 1988, podem exercer a atividade político-partidária, desde que tenham exercido a opção pelo regime anterior;

- C) Os membros do Ministério Público que ingressaram na carreira antes da aprovação da EC nº 45/2004 podem exercer atividade política partidária, em face da interpretação extraída da Resolução nº 5 do Conselho Nacional do Ministério Público;
- D) No regime anterior a CF 88, não eram considerados inelegíveis os membros do Ministério Público;
- E) Os membros do Ministério Público, com a aprovação da EC nº 45/2004, foram equiparados aos magistrados quanto a atividade político-partidária.

Questão 89 - Recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu pela não aplicação da Lei da Ficha Limpa, referente aos candidatos considerados fichas sujas, e que foram eleitos no processo eleitoral de 2010. Não obstante tratar-se de decisão judicial recente, qual seria o principal embasamento jurídico para impedir a aplicação da Lei Complementar nº 135/2010, nas eleições para presidente, federal e estadual de 2010.

- A) Por conta do processo eleitoral já ter sido deflagrado, e não haveria tempo de os partidos escolherem outros candidatos, considerados ficha limpa, desrespeitando, assim, o procedimento estabelecido na Lei nº 9.504/97;
- B) Ofensa aos princípios individuais da segurança jurídica (CF, art. 5º, caput);
- C) Ofensa ao princípio do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV);
- D) Ofensa ao princípio da anterioridade eleitoral, disposto no art. 16 da Constituição Federal;
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 90 - Analise as assertivas abaixo.

- I - É cabível a ação penal privada subsidiária no âmbito da Justiça Eleitoral, por tratar-se de garantia constitucional, prevista na CF/88, art. 5º, LIX.
- II - A denúncia nos crimes eleitorais deve ser oferecida no prazo de quinze dias, aplicando-se na hipótese o disposto no art. 46 do CPP.
- III - Não apresentar o órgão do Ministério Público, no prazo legal, denúncia ou deixar de promover a execução de sentença condenatória, será punido com detenção até 02 meses ou pagamento de 60 a 90 dias-multa.
- IV - No processo-crime eleitoral, o juiz, ao receber a denúncia, designará dia e hora para o depoimento pessoal do acusado, ordenando a citação deste a notificação do Ministério Público.
- V - Discordando o juiz eleitoral do pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público Eleitoral, o inquérito deverá ser remetido ao Procurador-Geral de Justiça, que designará outro Promotor para oferecer denúncia, ou insistirá no arquivamento, ao qual só então estará o magistrado obrigado a atender (art. 357, § 1º, CE).

- A) todos os itens estão corretos;
- B) somente os itens I, III e IV estão incorretos;
- C) somente os itens II, IV e V estão incorretos;
- D) somente os itens I, III e IV estão corretos;
- E) todos os itens estão incorretos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Nasci com essa paixão, esse encantamento pelas palavras. Quando pequena, repetia para mim mesma as que achava mais bonitas: pareciam caramelos na minha boca. Colecionava mentalmente as mais doces, como translúcido, magnólia, borbulha, libélula, e não sei quais outras.

Lembro que por um tempo detestei meu nome curtinho e sem graça: pedia a minha mãe que o trocasse por algo belo como Gardênia, Magnólia, Virgínia. Açucena me fascinou quando o li no meu livro de texto no 1º ano da escola, e quis me chamar assim. Mas eu queria muitas coisas impossíveis. Como lia muito (minha cama era embutida em prateleiras onde, em horas de insônia, bastava estender a mão e ter a companhia de um livro), a linguagem cedo fez parte da minha vida como as ficções. Eu lia o que me caía nas mãos, desde gibis até complicados volumes que eu não entendia mas pegava na biblioteca de meu pai, e lia achando impressionante ou bonito, misterioso ou triste.

Comecei a trabalhar com a nossa língua bastante cedo, traduzindo obras literárias do inglês e do alemão. Mais ou menos nessa época, início dos 20 anos, passei a escrever crônica de jornal, e poemas avulsos, que aos poucos foram sendo publicados em livros, até finalmente iniciar uma carreira de ficcionista já beirando os 40 anos. Antes disso fiz mestrado em lingüística, e fui professora dessa matéria em uma faculdade particular durante dez anos. Não escrevo isso para dar meu currículo, mas para dizer que não desconheço o assunto: ler e escrever são para mim tão naturais quanto respirar, e conheço alguma teoria. Nosso idioma, o português do Brasil, me é íntimo, querido, respeitado, amado – e está em mim como a própria alma. Aliás, a psique se reconhece, se analisa e se expressa através das palavras.

De vez em quando, inventa-se alguma reforma para essa sutil, forte e independente engrenagem.

Passei por várias nesses muitos anos, as ortográficas em geral pífias, algumas muito malfeitas. Porém a gente se adapta, até por razões de ofício. Mas, por favor, não tentem defender nosso português de estrangeirismos: a língua não precisa ser defendida. Ela é soberana. Ela é flexível. Ela é viva. Nenhum gramático ou legislador, brilhante ou tacanho, poderá botar essa dama em camisa de força, nem a conter num regime policialesco.

Ela continuará sua trajetória, talvez sacudindo a cabeça diante das nossas desajeitadas tentativas de controlá-la.

Como dirá qualquer bom professor de português, ou qualquer lingüista dedicado, estudioso, uma parcela imensa dos termos que hoje usamos, que por muito usados pela classe culta foram dicionarizados – o dicionário sempre corre atrás da realidade –, começou como estrangeirismo. Não preciso citar, mas cito, garagem do francês, futebol do inglês, coquetel da mesma forma.

A língua incorpora esses termos se são úteis, e os adapta ao seu sistema. Botou o “m” final em miragem, por exemplo, porque no nosso sistema as palavras não terminam em “age”.

Muitos termos não podem ser traduzidos: quem diz isso é esta velha tradutora que dedicou a isso milhares de horas de sua vida. E não é possível formar frases decentes, fluidas, claras, expressivas como devem ser as frases, se a cada “estrangeirismo” tivermos de fazer um rodeio, uma explicação da palavra intraduzível.

Isso, além do mais, nos colocaria na rabeira do mundo civilizado e globalizado, onde palavras – como objetos de bom uso – circulam de um lado para outro, pousam aqui ou ali, adaptam-se, ou simplesmente passam. Quando não passam, é porque são necessárias, e acabam colocadas entre aspas ou em itálico.

Línguas altamente civilizadas usam “estrangeirismos” livremente, sem culpa nem preconceito, como fator de expressividade. Isso nem as humilhou, nem as perverteu: ficaram enriquecidas.

Nós é que precisamos lutar contra uma onda terceiro-mundista, uma postura de inferioridade que nos faz gastar energias que poderiam ser aplicadas em algo urgente como um orçamento vinte vezes maior para a educação do nosso povo. (*Lya Luft, Revista Veja, 11 de maio, 2011, p. 26*)

Questão 91 - O título que melhor retrata o texto é:

- A) Deixem em paz a nossa língua;
- B) A língua deve manter a unicidade da formação;
- C) Orçamento garantido: língua civilizada;
- D) A imutabilidade da língua;
- E) O estrangeirismo compromete a civilização e a globalização da língua.

Questão 92 - Com base na leitura do texto, pode-se afirmar que:

- A) O estrangeirismo deve ser usado com restrição na língua portuguesa;
- B) A mutação lingüística compromete a qualidade da língua portuguesa;
- C) A língua portuguesa é dinâmica e plástica;
- D) A alma da língua portuguesa está na psique das palavras;
- E) No mundo civilizado, todas as palavras devem ser traduzíveis.

Questão 93 - Marque a alternativa que preserva idêntico sentido ao trecho destacado a seguir:

Como dirá qualquer bom professor de português, ou qualquer lingüista dedicado, estudioso, uma parcela imensa dos termos que hoje usamos, que por muito usados pela classe culta foram dicionarizados – o dicionário sempre corre atrás da realidade –, começou como estrangeirismo.

- A) Uma parcela imensa dos termos que hoje usamos, que por muito usados pela classe culta foram dicionarizados – o dicionário sempre corre atrás da realidade –, começou como estrangeirismo, inaceitável por qualquer bom professor de português, ou qualquer lingüista dedicado, estudioso;
- B) Como dirá qualquer bom professor de português, ou qualquer lingüista dedicado, estudioso, uma parcela imensa dos termos que hoje usamos, que, por muito usados, pela classe culta foram dicionarizados – o dicionário sempre corre atrás da realidade –, começou como estrangeirismo;
- C) Como dirá qualquer bom professor de português, ou qualquer lingüista dedicado, estudioso, o estrangeirismo começou com uma parcela imensa dos termos que hoje usamos, que por muito usados pela classe culta foram dicionarizados – o dicionário sempre corre atrás da realidade;
- D) Uma parcela imensa dos termos que hoje usamos foram dicionarizados diretamente pela classe culta – o dicionário sempre corre atrás da realidade –, como dirá qualquer bom professor de português, ou qualquer lingüista dedicado, estudioso que começou como estrangeirismo;
- E) Começou como estrangeirismo, como dirá qualquer bom professor de português, ou qualquer lingüista dedicado, estudioso, uma parcela imensa dos termos que hoje usamos, que por muito usados pela classe culta foram dicionarizados – o dicionário sempre corre atrás da realidade.

Questão 94 - As conjunções grifadas nas expressões abaixo se referem respectivamente às relações de:

- I – À medida que os meses passavam, sentia-me mais preparado para o concurso de minha vida.
- II – Apesar dos esforços constantes, a comunidade do bairro não logrou êxito na prefeitura para o asfalto na linha de ônibus.
- III – Ainda que tenha se esforçado, não conseguiu chegar a tempo para o baile.
- IV – Assim que chegar, não se esqueça de trancar a porta.

- A) consequência – concessão – concessão – tempo;
- B) proporcionalidade – concessão – concessão – tempo;
- C) consequência – finalidade – concessão – tempo;
- D) proporcionalidade – concessão – concessão – condição.
- E) consequência – concessão – concessão – condição.

Questão 95 - Assinale a alternativa em que o sinal indicador da crase foi empregado **incorretamente**:

- A) Dirigimos até à Assembléia Legislativa para participarmos de uma solenidade de posse;
- B) Ele não se referiu à ninguém da festa, apenas comentou o caso para puxar assunto;
- C) Quanto àquela expressão, não deixe de incluí-la no texto;
- D) Fui à bela Veneza passar quinze dias de férias;
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 96 - Assinale a alternativa em que **há erro** no emprego da vírgula:

- A) Na próxima semana, vou passar no escritório para assinar os documentos;
- B) À tarde, iniciarei os testes de aptidão física;
- C) O gerente do banco atendeu às reivindicações, e os clientes se acalmaram na fila;
- D) O piloto informou os passageiros da turbulência e a aeromoça, esqueceu-se de adotar as providências necessárias;
- E) No horário programado, a comissão de organizadores e os palestrantes do I Ciclo de Palestras sobre Direitos Humanos vão estar presentes.

Questão 97 - Dadas as afirmativas:

1. Quais de nós farão contato com o supervisor de vendas amanhã?
2. 95% do eleitorado votou nas últimas eleições.
3. 95% aplaudiram o discurso do candidato.
4. A maior parte dos moradores não acreditou na erosão causada pela chuva.

Pode-se afirmar que:

- A) somente dois itens estão corretos;
- B) somente um item está correto;
- C) somente três itens estão corretos;
- D) todos os itens estão errados;
- E) todos os itens estão corretos.

Questão 98 - Assinale a opção **incorreta** quanto à flexão verbal:

- A) Alguns moradores do bairro não interviram no assunto em pauta na reunião da associação;
- B) É claro que ele reviu o contrato antes de assiná-lo;
- C) O rapaz reouve todos os documentos perdidos;
- D) A polícia mandou os moradores evacuarem a área;
- E) Os Promotores de Justiça do interior se deslocaram até a Capital para participar do curso sobre o crime organizado.

Questão 99 - Das frases abaixo:

1. A filha é tal quais os pais.
 2. Os funcionários da empresa trabalham tal qual o empresário.
 3. Há vagas bastantes para todos os interessados em participar do congresso.
 4. Os candidatos tomaram bastantes cuidados com a alimentação antes da prova.
- A) somente um item está correto;
B) somente dois itens estão corretos;
C) somente três itens estão corretos;
D) todos os itens estão corretos;
E) todos os itens estão errados.

Questão 100 - Segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, assinale a alternativa em que **há erro** de acentuação gráfica:

- A) Eu abençoo todos os fiéis desta igreja, disse o padre;
B) A ideia principal deste curso é proporcionar atualização sobre a matéria;
C) Os cientistas estavam presentes na expedição no momento em que a jóia foi encontrada no fundo do mar;
D) Todos os torcedores creem na recuperação do time nesta etapa final;
E) Ele não pôde sair este final de semana, pois prestou concurso público sábado e domingo.